Workshop sobre

Financiamento da Rede Natura 2000

Lisboa - 24 de janeiro de 2014

Paula Sarmento
Presidente do Conselho Diretivo do ICNF, I.P.

SUMÁRIO

Quadro de Ações Prioritárias (PAF) para Financiamento da Gestão da RN 2000

1. Enquadramento
2. Rede Natura 2000
3. Estado de Conservação das espécies e habitats
4. Instrumentos de gestão da rede Natura 2000 (disposições legais e administrativas)
5. Instrumentos financeiros da EU - Experiência adquirida
6. Necessidades financeiras e objetivos estratégicos para a gestão da RN 2000 (2014 – 2020)
7. Medidas Chave
8. Oportunidades e Desafios

1. ENQUADRAMENTO

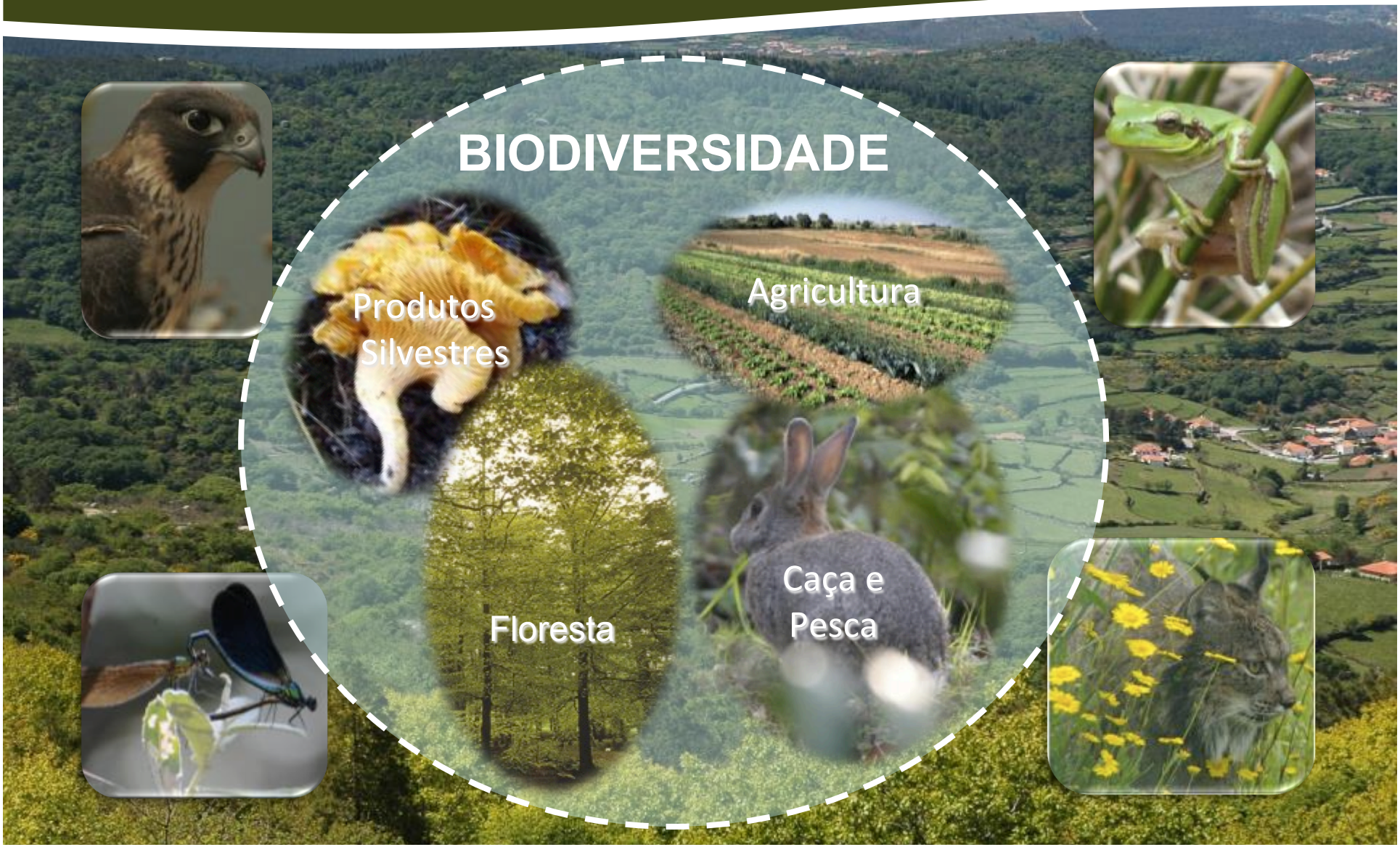
PORTUGAL

É inquestionável a grande diversidade e riqueza do nosso Património natural, histórico e cultural resultante da localização geográfica e de condicionantes geofísicas, mas também da presença constante do HOMEM ao longo dos séculos.

Presença de Habitats e espécies da flora e da fauna, incluindo endemismos de relevância mundial, quer na área terrestre quer na área marinha

1. ENQUADRAMENTO

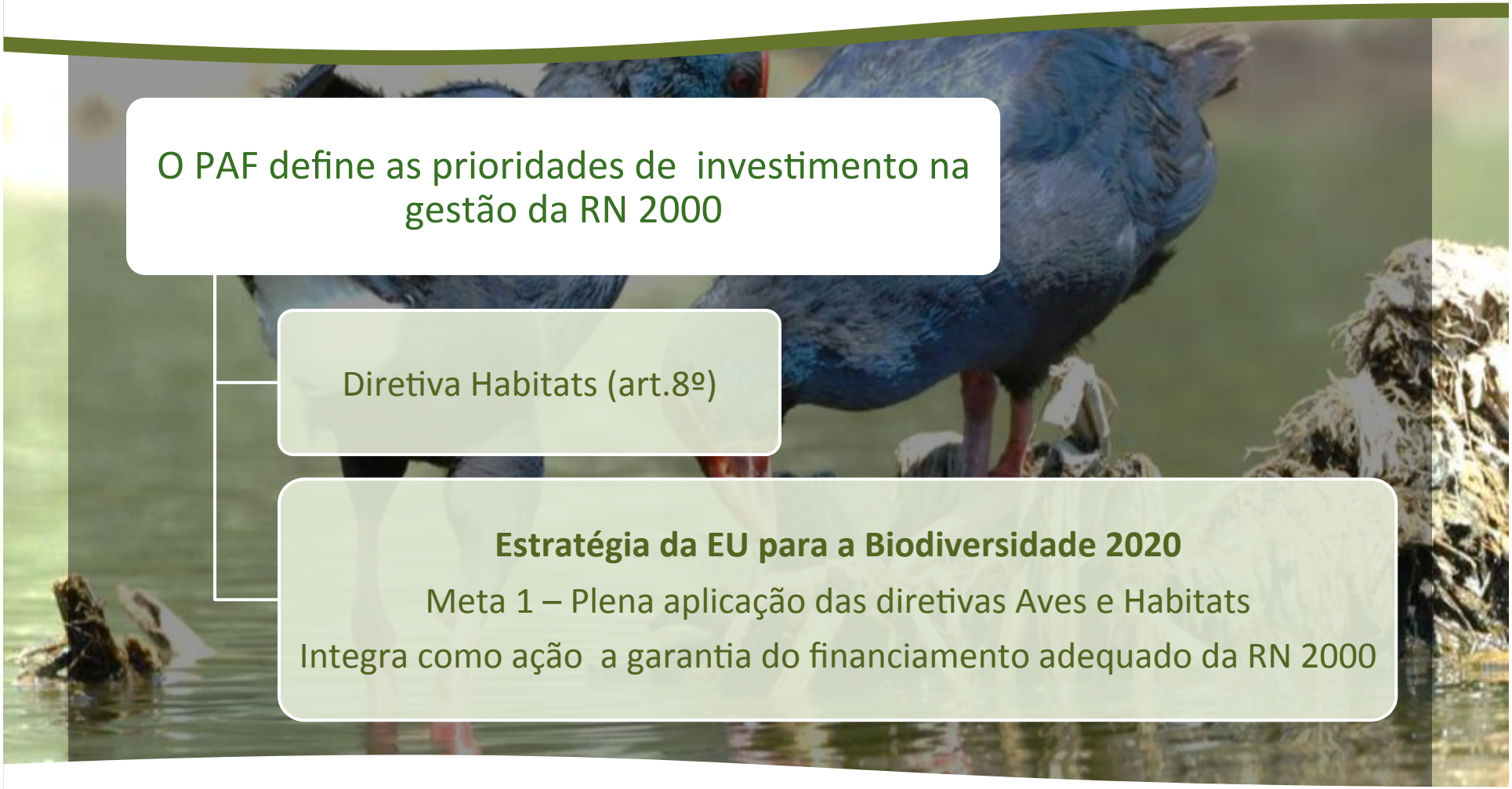
ATIVOS da propriedade rural



1. ENQUADRAMENTO

O Quadro de Ação Prioritário para a RN 2000

Prioritised Action Framework (PAF)



O PAF define as prioridades de investimento na gestão da RN 2000

Diretiva Habitats (art.8º)

Estratégia da EU para a Biodiversidade 2020

Meta 1 – Plena aplicação das diretivas Aves e Habitats

Integra como ação a garantia do financiamento adequado da RN 2000

1. ENQUADRAMENTO

O Quadro de Ação Prioritário para a RN 2000

Prioritised Action Framework **(PAF)**

Assegurar o estado de conservação favorável de todas as espécies e habitats naturais integrados nos Anexos da Diretiva Habitats

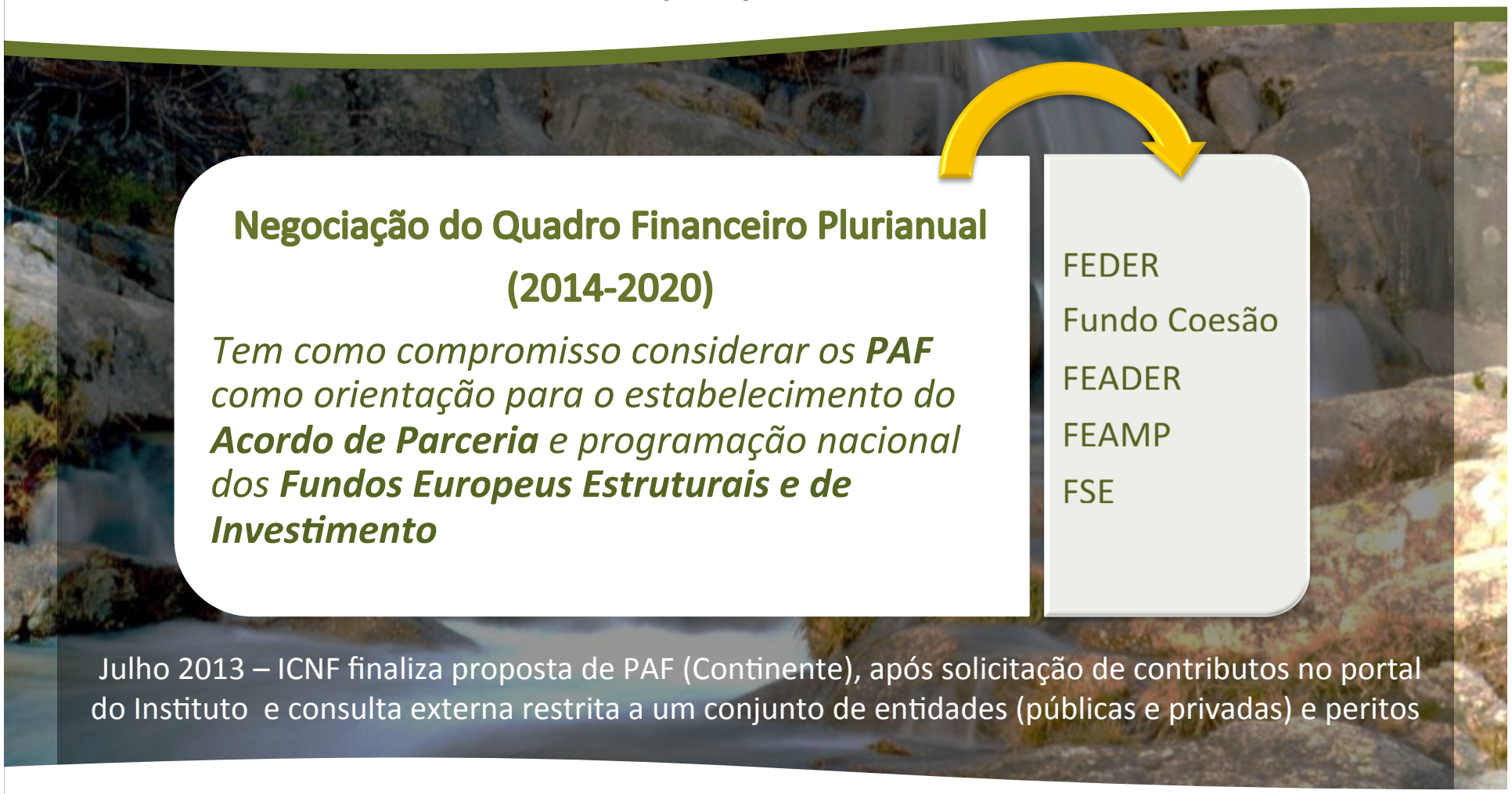
Assegurar os níveis e tendências populacionais adequados de todas as espécies selvagens de aves

1. ENQUADRAMENTO

O Quadro de Ação Prioritário para a RN 2000

Prioritised Action Framework **(PAF)**

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas



Negociação do Quadro Financeiro Plurianual (2014-2020)

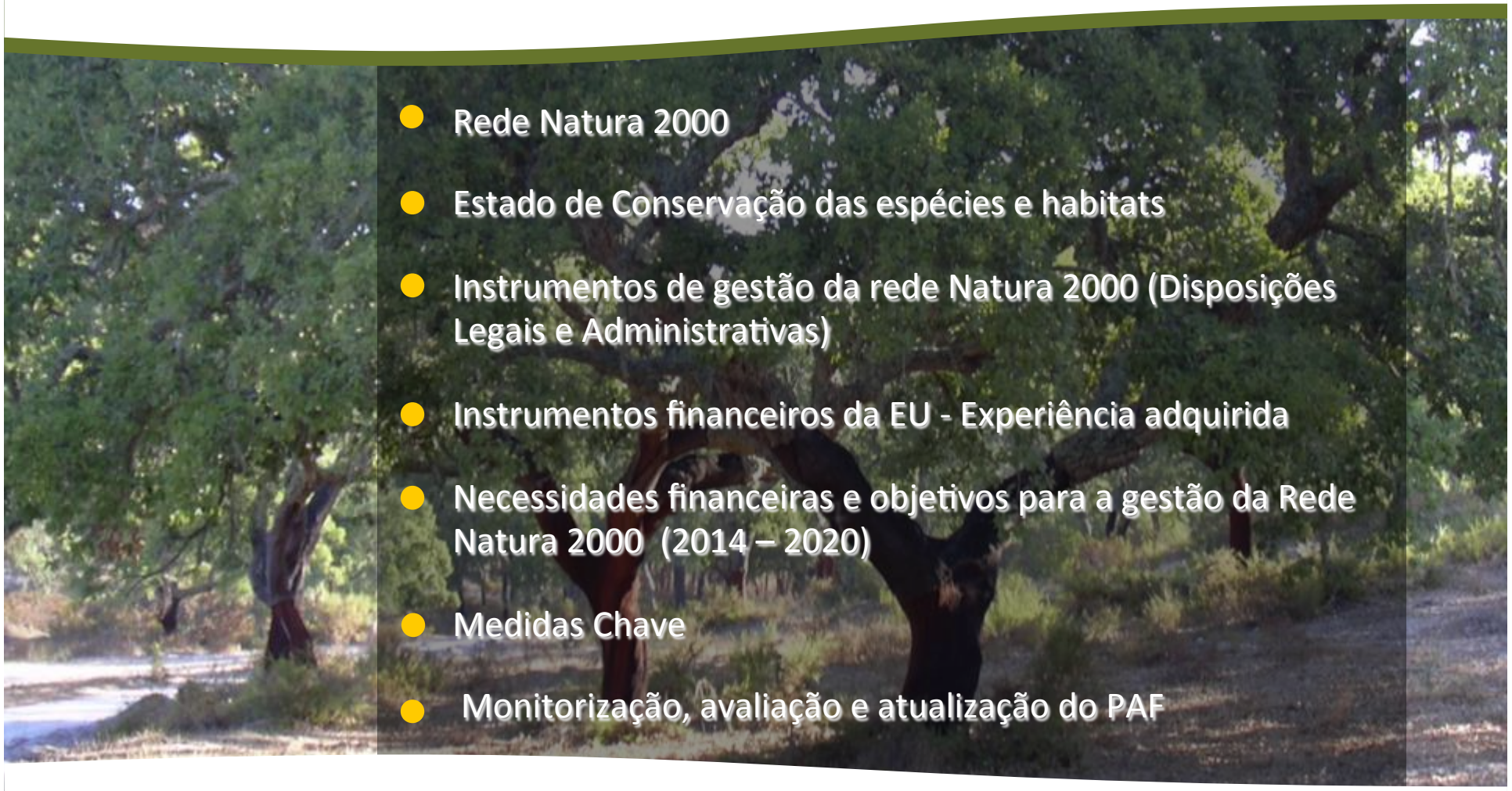
Tem como compromisso considerar os ***PAF*** *como orientação para o estabelecimento do* ***Acordo de Parceria*** *e programação nacional dos* ***Fundos Europeus Estruturais e de Investimento***

- FEDER
- Fundo Coesão
- FEADER
- FEAMP
- FSE

Julho 2013 – ICNF finaliza proposta de PAF (Continente), após solicitação de contributos no portal do Instituto e consulta externa restrita a um conjunto de entidades (públicas e privadas) e peritos

1. ENQUADRAMENTO

Estrutura do PAF



- Rede Natura 2000
- Estado de Conservação das espécies e habitats
- Instrumentos de gestão da rede Natura 2000 (Disposições Legais e Administrativas)
- Instrumentos financeiros da EU - Experiência adquirida
- Necessidades financeiras e objetivos para a gestão da Rede Natura 2000 (2014 – 2020)
- Medidas Chave
- Monitorização, avaliação e atualização do PAF

2. REDE NATURA 2000

Rede Fundamental de Conservação da Natureza

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC)

A.
Áreas Protegidas integradas na rede nacional

B.
Rede Natura 2000

Ca. 2 milhões ha
21 % território

C.
Outras áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais
(ex. Ramsar, Reservas da Biosfera, …)

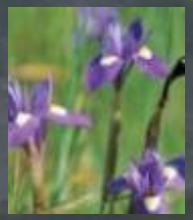
REN
Reserva Ecológica Nacional

RAN
Reserva Agrícola Nacional

DPH
Domínio Público Hídrico

2. Rede Natura 2000

Em Portugal Continental

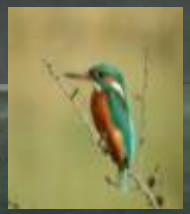


Sítios de Importância Comunitária

(Diretiva Habitats)

60 sítios - 1.572.540 ha

17,65% território



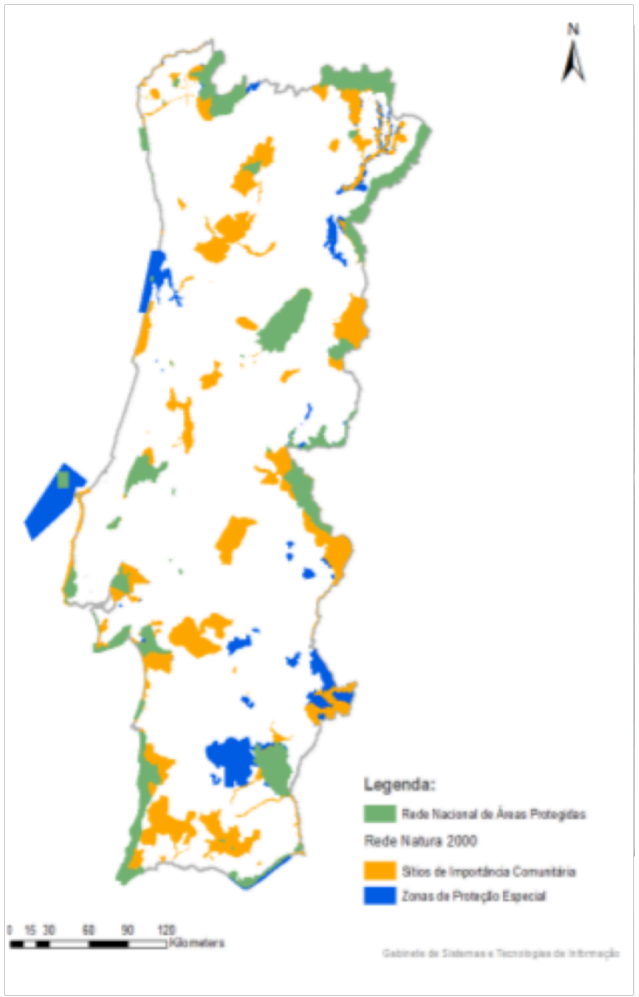
Zonas de Proteção Especial

(Diretiva Aves)

40 sítios - 1.091.678 ha

12,25% território

Total: 21,2 %



2. REDE NATURA 2000

Em Portugal Continental

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

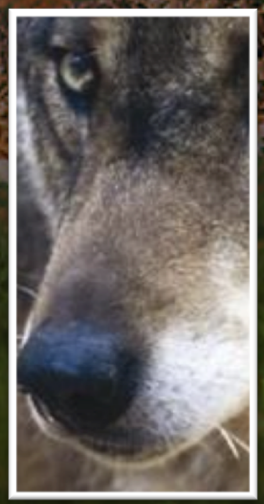
Regiões Biogeográficas Mediterrânica, Atlântica e Mar Atlântico

88
Habitats Naturais ou seminaturais (17 prioritários)

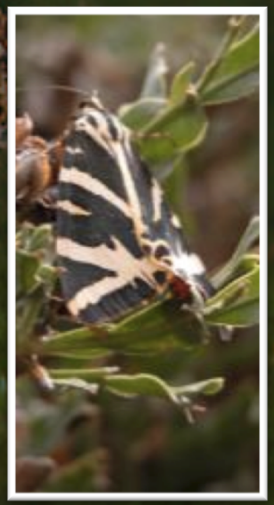
117
Espécies da flora naturais (18 prioritárias)

93
Espécies da Fauna (3 prioritárias)

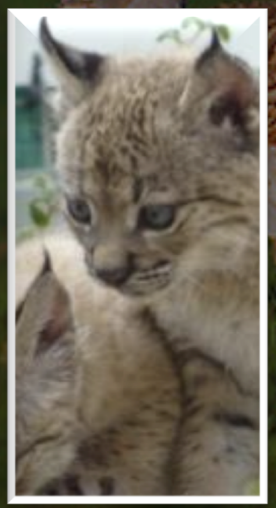
Lobo-ibérico



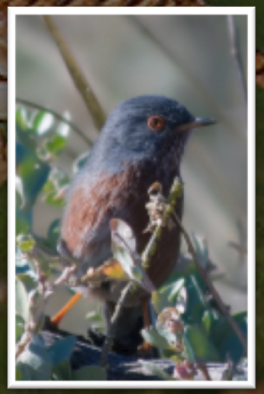
Callimorpha quadripunctaria



Lince-ibérico



233
Espécies de Aves de ocorrência regular (74 incluídas no Anexo I)

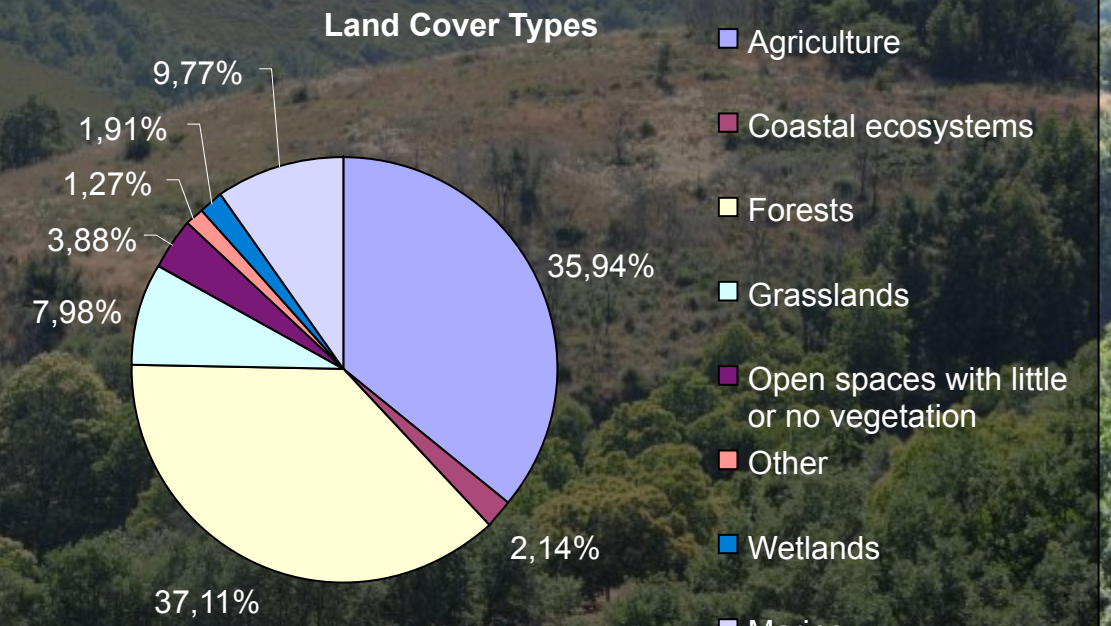


2. REDE NATURA 2000

Principais categorias de uso do solo

O território agro-florestal abarca, no seu conjunto, ca. 80% da superfície de áreas classificadas em Portugal Continental

¾ das zonas húmidas e costeiras de Portugal Continental encontram-se integradas nalguma tipologia de área classificada

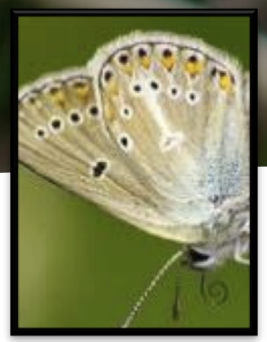


3. ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES E HABITATS PROTEGIDOS

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Invertebrados

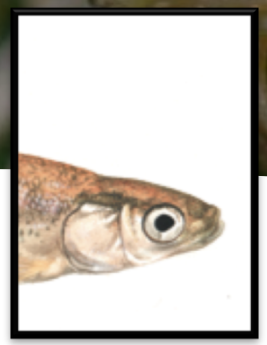
é relevante a falta de informação de base (distribuição e tendências)



Peixes

totalidade com estado de conservação "desfavorável/ inadequado" e "desfavorável/ mau" (peixes migradores) .

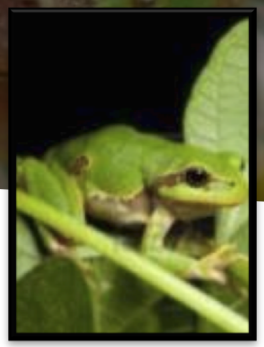
Grupo com maior % de espécies c/ estatuto de ameaça



Anfíbios e Répteis

apenas 2 anfíbios com avaliação global favorável.

Grupo com menor % de espécies c/ estatuto de ameaça

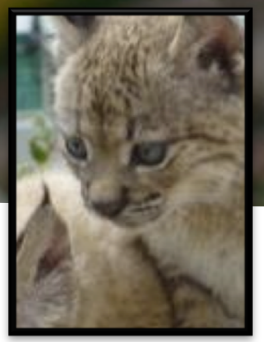


Mamíferos

falta de informação de base;

na região Mediterrânica a avaliação global dos morcegos cavernícolas "desfavorável/ inadequada ou má";

restantes mamíferos apenas o Lince-ibérico tem avaliação "desfavorável/má"



3. ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES E HABITATS PROTEGIDOS

Flora – é relevante a falta de informação de base.
Na região Mediterrânica, dos 116 taxas avaliados, 81 estão numa situação desfavorável/inadequada e apenas 4 apresentam resultados favoráveis na avaliação global. Os restantes são "inadequada/má"

Habitats naturais – avaliação global na sua maioria desfavorável (predominantemente inadequada e, em menor escala má – 7,8%). Avaliação favorável para 31% dos habitats da região Mediterrânica e 21% da região Atlântica (habitats costeiros e halófitos, dunares, sistemas turfosos, habitats florestais).

Região Mar Atlântico - relevantes lacunas de informação.
Ausência de informação para o estado de conservação dos habitats marinhos. Apenas foram avaliadas 5 sps de mamíferos marinhos - roaz, golfinho-comum, golfinho–riscado (favoráveis), a baleia-anã e o bôto (desfavorável/inadequado)

3. ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES E HABITATS PROTEGIDOS

Principais Ameaças e Pressões

Poluição e impactes resultantes das atividades humanas	Expansão urbana e urbano-turística	Intensificação da agricultura	Florestação de terras agrícolas	Destruição/ substituição da floresta autóctone	Espécies exóticas invasoras	Processos naturais de sucessão ecológica

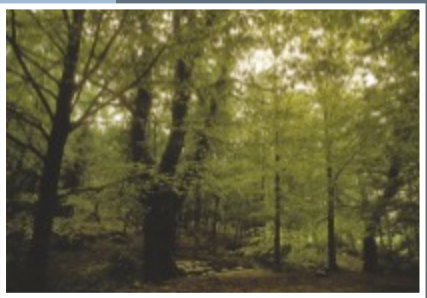
4. METAS UE 2020

- **Melhoria do estado de conservação** — **100% habitats**, **50% espécies** **(Diretiva Habitats e Aves)**

- Estabelecimento da RN 2000 no meio marinho
- Planos de gestão ou instrumentos equivalentes para os sítios da RN 2000

- Criação de infra-estruturas verdes e recuperação de 15% de ecossistemas degradados

4. METAS UE 2020



- Cartografia e avaliação do estado dos ecossistemas e seus serviços, bem como o respetivo valor económico

- Metas quantificadas em matéria de biodiversidade nos programas de Desenvolvimento Rural

- Assegurar que os planos de gestão florestal integrem medidas especificas para a Rede Natura 2000

- Mecanismos para o financiamento da manutenção e recuperação de serviços dos ecossistemas prestados por florestas multifuncionais

- Apoio financeiro para zonas marinhas protegidas (recuperação de ecossistemas, adaptação de atividades de pesca, monitorização e gestão da biodiversidade e luta contra o lixo marinho)

4. Instrumentos de Gestão da Rede Natura 2000

PLANO SETORIAL DA REDE NATURA 2000

Tem como Objetivo Geral:

Estabelecer orientações para a gestão territorial de Sítios e Zonas de Proteção Especial

Objetivos específicos

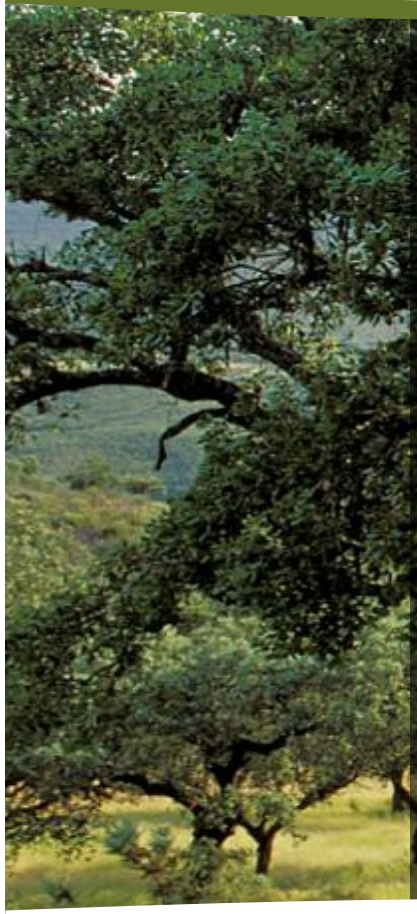
- Definir usos e regime de gestão compatíveis com a utilização sustentada do território;
- Estabelecer prioridades de conservação;
- Definir medidas que permitam a valorização e manutenção de espécies e habitats em bom estado de conservação;
- Fornecer orientações para a integração das medidas noutros instrumentos de ordenamento do território.

4. Instrumentos de Gestão da Rede Natura 2000

PLANEAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL:

- Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas
- Planos Diretores Municipais
- Planos de Ordenamento da Orla Costeira
- Planos Regionais de Ordenamento do Território
- Plano de Ordenamento do Espaço Marinho
- Planos Estratégicos das Intervenções do Polis Litoral

4. Instrumentos de Gestão da Rede Natura 2000



INTEGRAÇÃO SETORIAL:

- Planos Regionais de Ordenamento Florestal
- Programa de Desenvolvimento Rural
- Planos de Gestão de Região Hidrográfica
- Regime jurídico Ordenamento Cinegético
- ENAAC; Programa Nacional de Combate à Desertificação
- Normas e orientações setoriais específicas (distribuição e transporte de energia, infraestruturas lineares)

4. Instrumentos de Gestão da Rede Natura 2000

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Avaliação prévia de incidências Ambientais
(minimização e compensação de impactes)

Planos de gestão, planos de ação e projetos específicos
(espécies, habitats e sítios)

Plano de ação do lince-ibérico

Plano de ação do saramugo

Estratégia nacional de conservação das aves necrófagas (in prep.)

Plano de ação da águia-imperial

Plano de ação do roaz-corvineiro

Projeto de Microreservas da Quercus

Iniciativa Business and Biodiversity

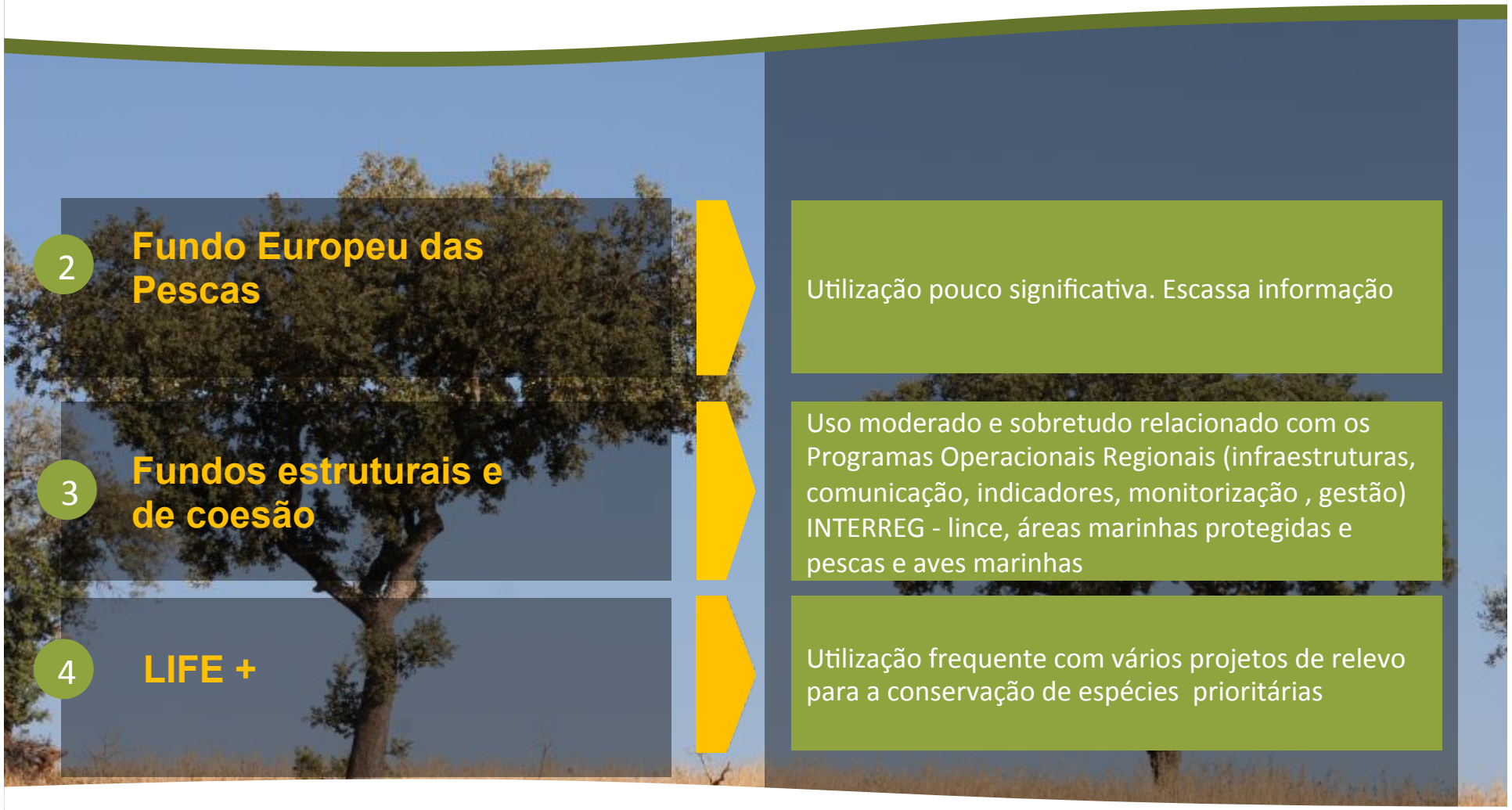
5. Instrumentos Financeiros da EU
Experiência Adquirida

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

1 **FEADER (ITI - Intervenções Territoriais Integradas)**

- Utilização moderada. Níveis de adesão genericamente reduzidos pese embora a abrangência territorial elevada.
- Níveis de pagamentos e modelações
- Complexidade das medidas
- Dificuldade de acompanhamento, governação e promoção a nível local

5. Instrumentos Financeiros da EU
Experiência Adquirida



2	**Fundo Europeu das Pescas**	Utilização pouco significativa. Escassa informação
3	**Fundos estruturais e de coesão**	Uso moderado e sobretudo relacionado com os Programas Operacionais Regionais (infraestruturas, comunicação, indicadores, monitorização , gestão) INTERREG - lince, áreas marinhas protegidas e pescas e aves marinhas
4	**LIFE +**	Utilização frequente com vários projetos de relevo para a conservação de espécies prioritárias

6. PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PAF (2014 – 2020)

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

7. MEDIDAS PRIORITÁRIAS

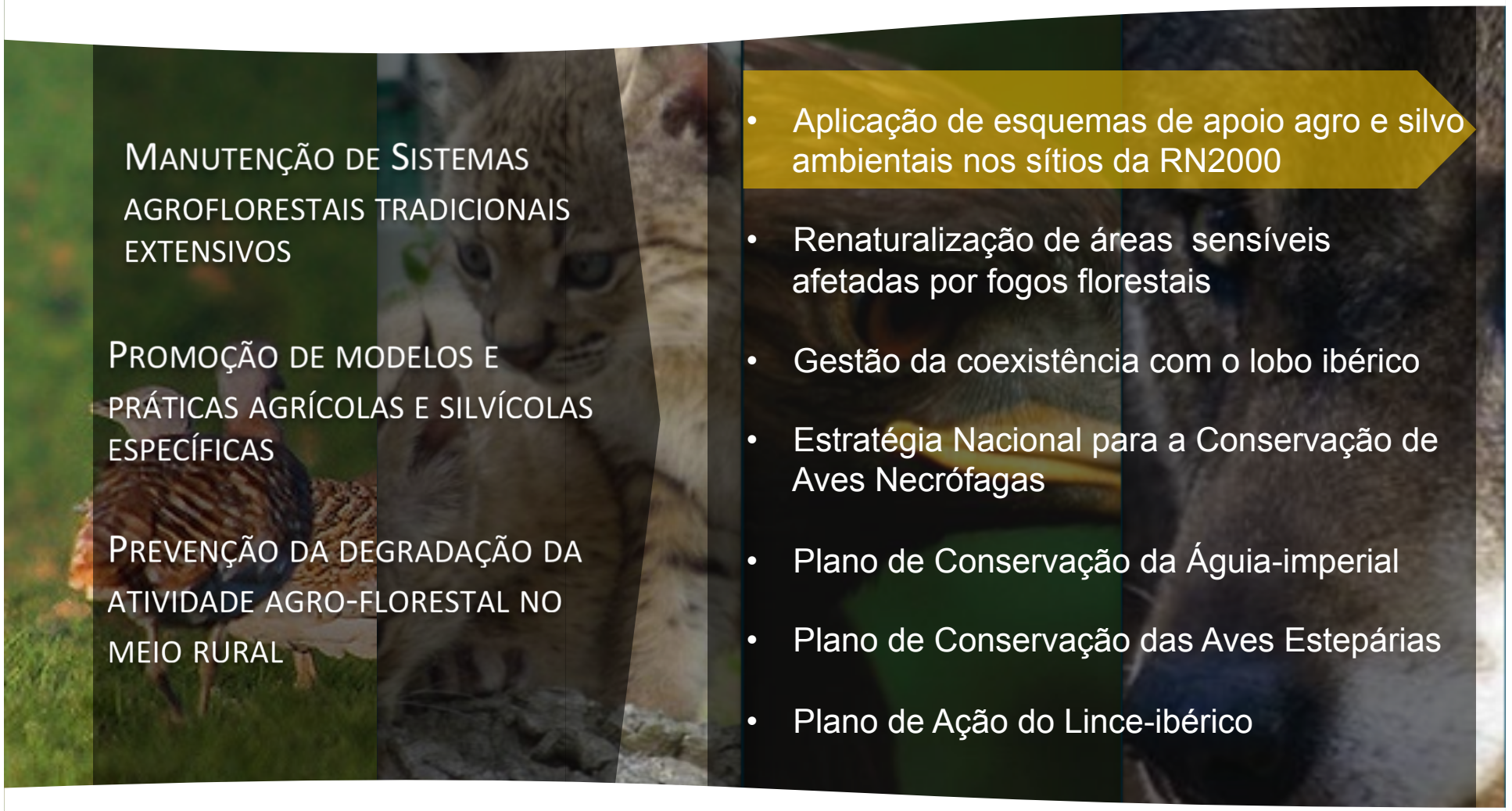
Gerais

- **CONHECIMENTO**
- **PLANEAMENTO**
- **INDICADORES E MONITORIZAÇÃO**
- **FORMAÇÃO**
- **INFRAESTRUTURAS DE DIVULGAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ANIMAÇÃO**

- Cartografia dos habitats naturais protegidos
- Lista Vermelha da Flora
- Revisões de Livros Vermelhos e Atlas
- Revisão de Planos especiais de OT
- Integração do Plano setorial nos PMOT
- Lista de referência de sp exóticas e vetores de introdução
- Índice do censo de aves comuns
- Sistema nacional de indicadores de biodiversidade
- Sinalização e interpretação de sítios e valores naturais

7. MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Habitats e espécies agrícolas e florestais



MANUTENÇÃO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS TRADICIONAIS EXTENSIVOS

PROMOÇÃO DE MODELOS E PRÁTICAS AGRÍCOLAS E SILVÍCOLAS ESPECÍFICAS

PREVENÇÃO DA DEGRADAÇÃO DA ATIVIDADE AGRO-FLORESTAL NO MEIO RURAL

- Aplicação de esquemas de apoio agro e silvo ambientais nos sítios da RN2000
- Renaturalização de áreas sensíveis afetadas por fogos florestais
- Gestão da coexistência com o lobo ibérico
- Estratégia Nacional para a Conservação de Aves Necrófagas
- Plano de Conservação da Águia-imperial
- Plano de Conservação das Aves Estepárias
- Plano de Ação do Lince-ibérico

7. MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Habitats e espécies agrícolas e florestais

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

- Aplicação de esquemas de apoio agro e silvo ambiental em todos os sítios da RN2000

Contratualização de medidas de natureza agro e silvo-ambiental

Investimentos não-produtivos de suporte à gestão

Apoio ao investimento agrícola e florestal em Rede Natura 2000

Aconselhamento agrícola e florestal, formação e capacitação

Cooperação e associação de produtores

7. MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Habitats e espécies agrícolas e florestais

Intervenções específicas

Práticas específicas de pastoreio e gestão de pastagens e sistemas forrageiros extensivos, associados a habitats naturais ou espécies protegidas (montados, lameiros, cervunais, charnecas e prados de altitude de elevado valor florístico, habitats de avifauna)

Culturas permanentes tradicionais (olivais extensivos)

Sistemas extensivos de rotação cereal-pousio (habitats de avifauna estepária)

Práticas agro-florestais específicas orientadas para a conservação de habitats, de espécies ou habitats naturais (suportes de nidificação grandes águias, áreas de refúgio de lince, locais de reprodução / nidificação de aves estepárias, abrigos de importância nacional de quirópteros, charcos temporários)

Conservação e recuperação de formações de espécies arbóreas ou arbustivas e de espécies da flora em ecossistemas florestais de elevado valor natural (floresta e matos autóctones, regeneração natural de espécies-alvo e proteção do habitat florestal de espécies protegidas, controlo de invasoras lenhosas)

Habitats mediterrânicos (mosaico agro-florestal, zonas de refúgio e habitats de presas)

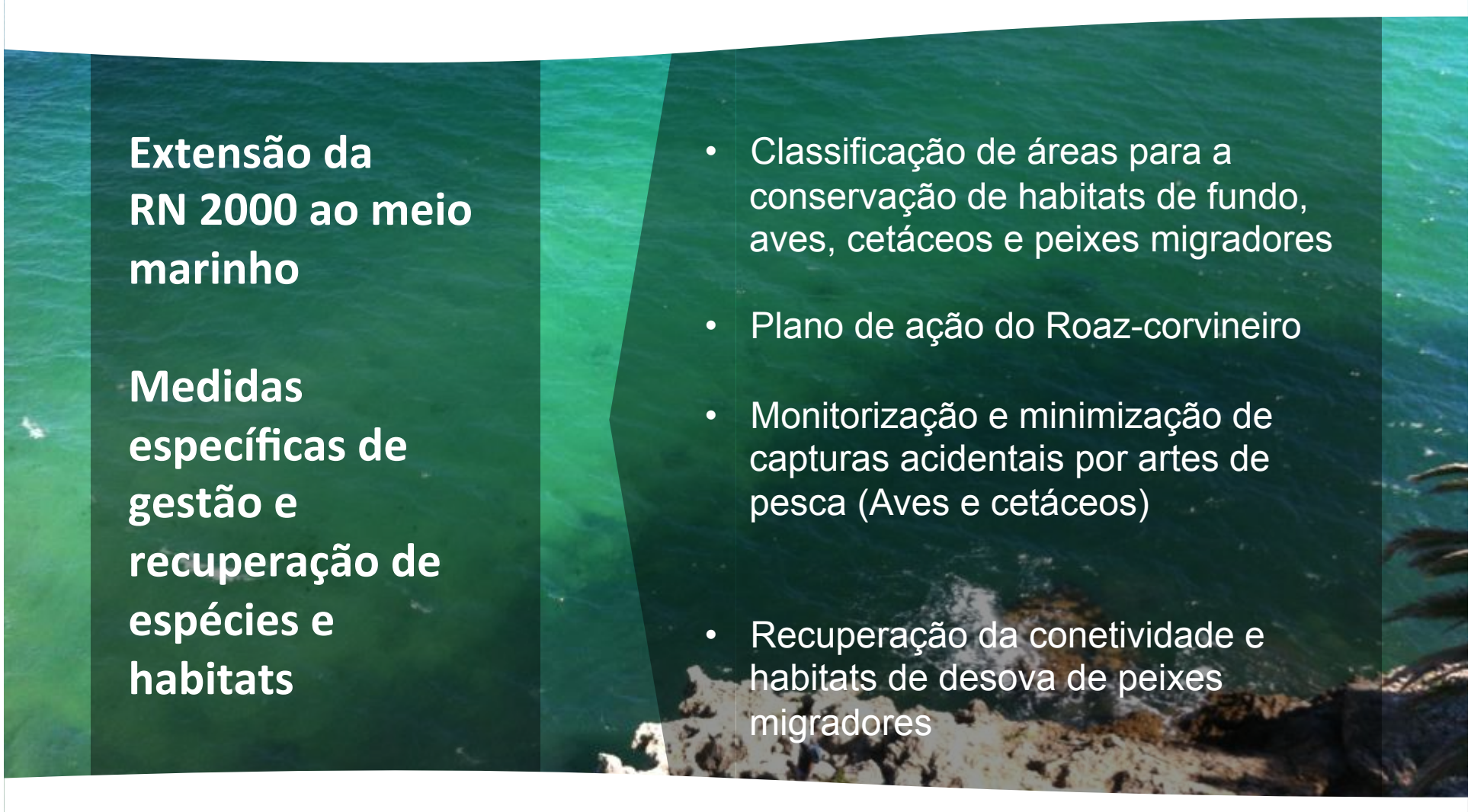
Requalificação de matagais estremes

Galerias ripícolas (habitats naturais e habitats de espécies dependentes de zonas húmidas)

Práticas de condução pecuária e de pastoreio - proteção do gado dos ataques de predadores (lobo-ibérico)

7. MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Habitats e Espécies marinhos e costeiros



Extensão da RN 2000 ao meio marinho

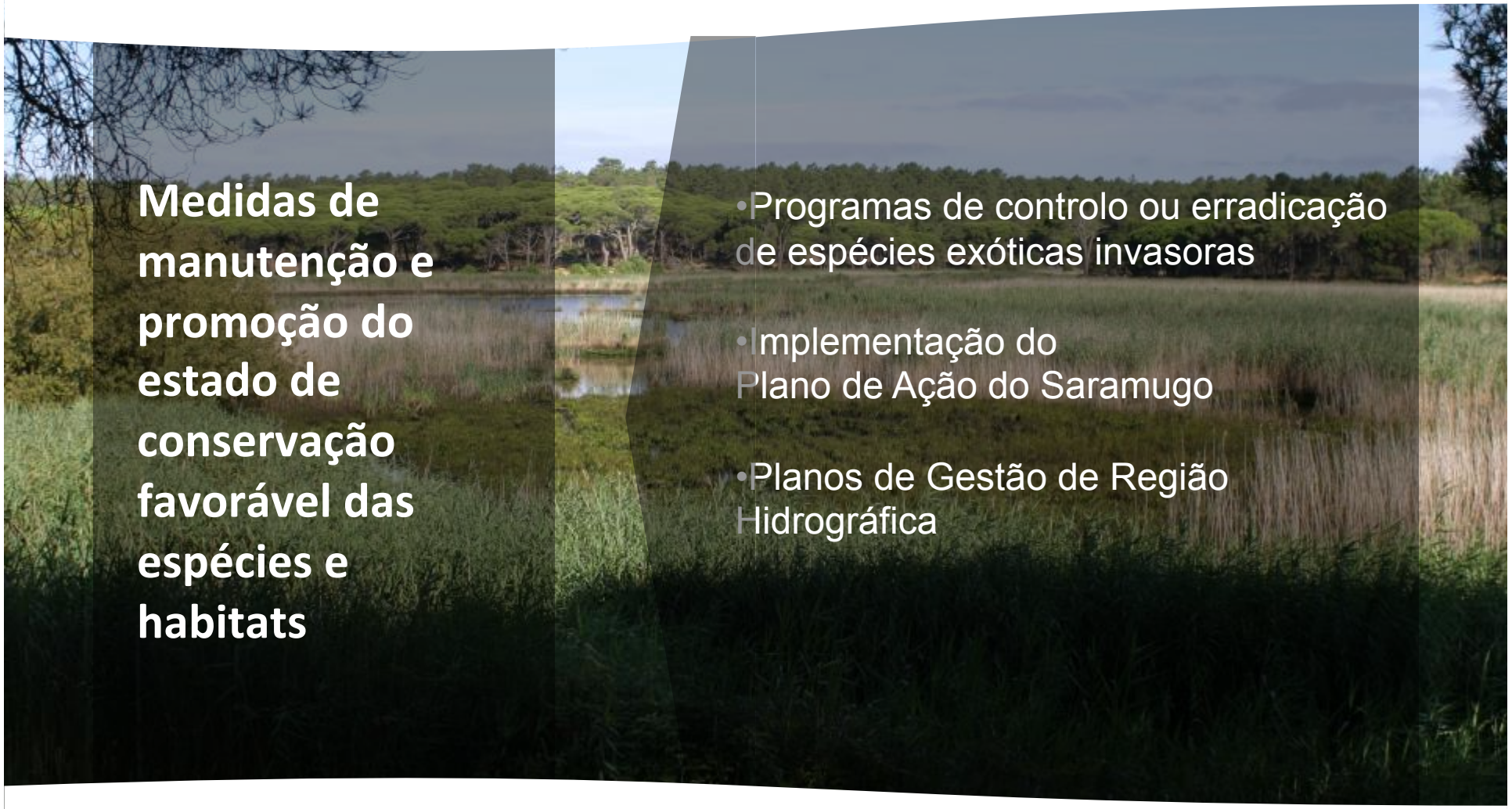
Medidas específicas de gestão e recuperação de espécies e habitats

- Classificação de áreas para a conservação de habitats de fundo, aves, cetáceos e peixes migradores
- Plano de ação do Roaz-corvineiro
- Monitorização e minimização de capturas acidentais por artes de pesca (Aves e cetáceos)
- Recuperação da conetividade e habitats de desova de peixes migradores

7. MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Habitats e Espécies de zonas húmidas dulciaquícolas

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas



Medidas de manutenção e promoção do estado de conservação favorável das espécies e habitats

- Programas de controlo ou erradicação de espécies exóticas invasoras
- Implementação do Plano de Ação do Saramugo
- Planos de Gestão de Região Hidrográfica

7. MEDIDAS PRIORITÁRIAS

Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade

Mapeamento e valoração económica e social dos serviços dos ecossistemas

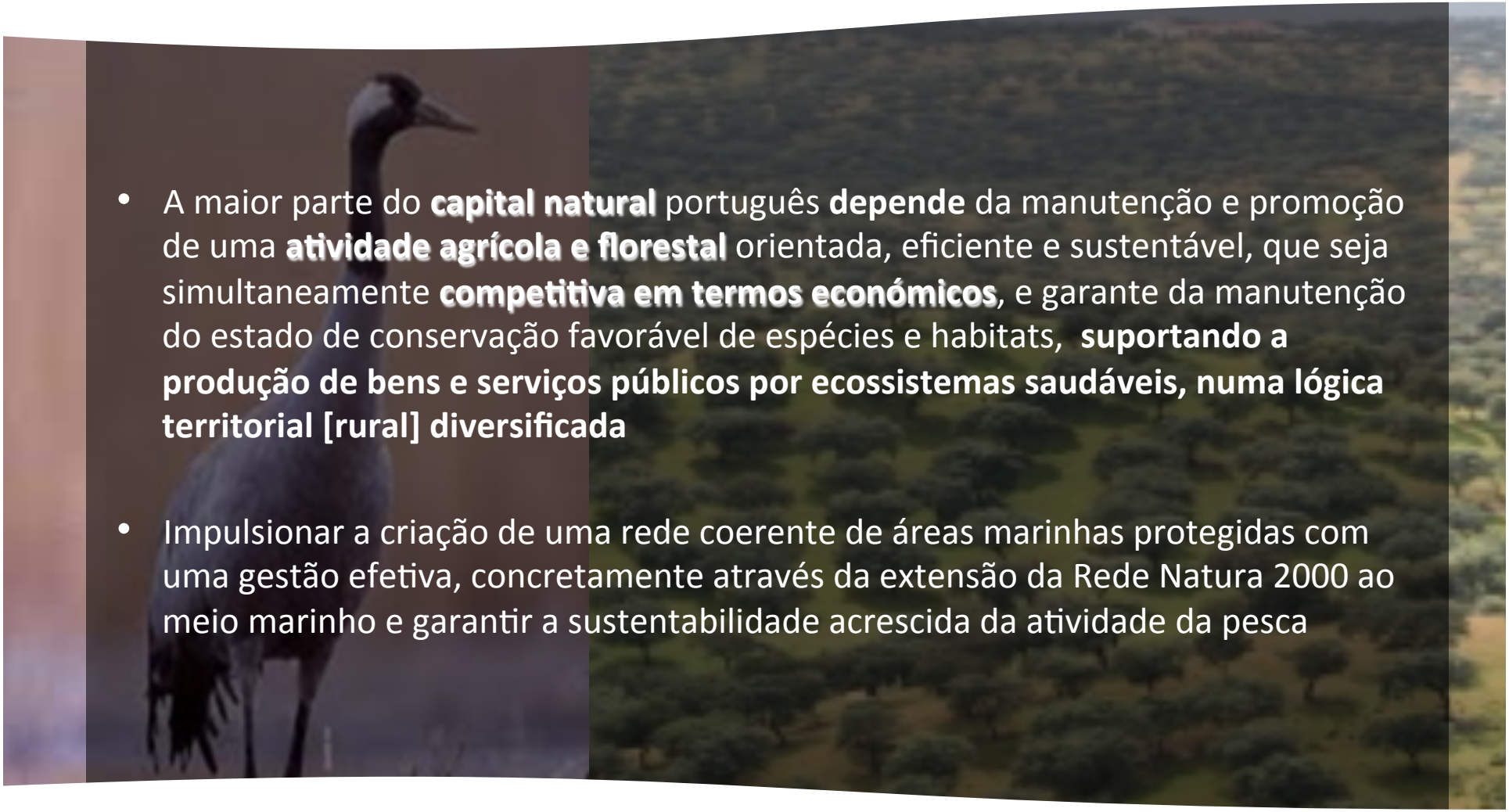
Instrumentos inovadores de financiamento da biodiversidade

Gestão da conetividade e da infraestrutura verde

Marca “Parques de Portugal”

- Adaptação às alterações climáticas e gestão de riscos naturais
- Visitação e turismo da natureza em áreas classificadas
- Estudos pilotos de biodiversity offsets, habitat banking, no net loss, pagamento de serviços dos ecossistemas
- Economia Verde
- Business & Biodiversity

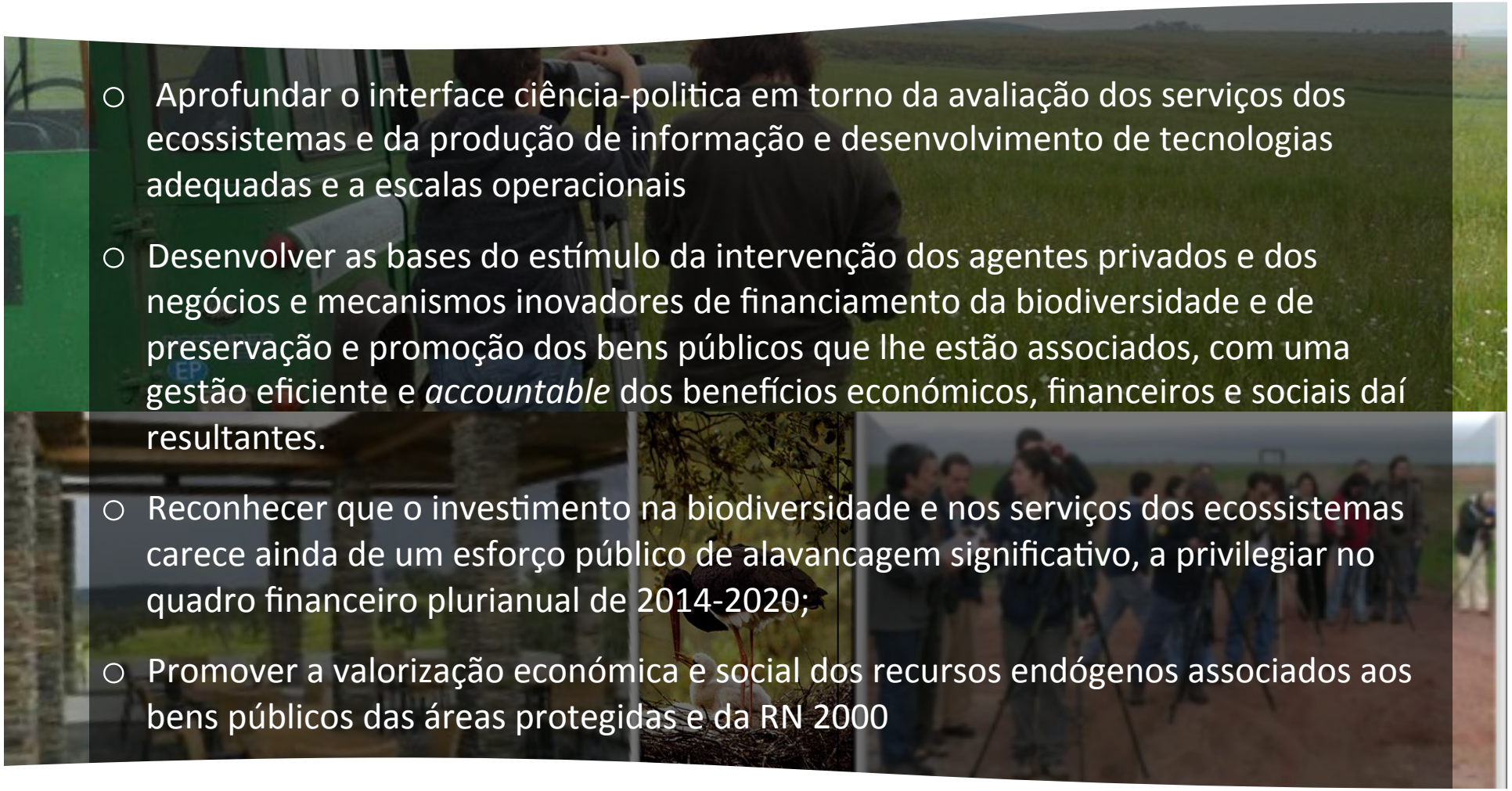
8. Conclusões



- A maior parte do **capital natural** português **depende** da manutenção e promoção de uma **atividade agrícola e florestal** orientada, eficiente e sustentável, que seja simultaneamente **competitiva em termos económicos**, e garante da manutenção do estado de conservação favorável de espécies e habitats, **suportando a produção de bens e serviços públicos por ecossistemas saudáveis, numa lógica territorial [rural] diversificada**

- Impulsionar a criação de uma rede coerente de áreas marinhas protegidas com uma gestão efetiva, concretamente através da extensão da Rede Natura 2000 ao meio marinho e garantir a sustentabilidade acrescida da atividade da pesca

8. Oportunidades e desafios



- Aprofundar o interface ciência-politica em torno da avaliação dos serviços dos ecossistemas e da produção de informação e desenvolvimento de tecnologias adequadas e a escalas operacionais
- Desenvolver as bases do estímulo da intervenção dos agentes privados e dos negócios e mecanismos inovadores de financiamento da biodiversidade e de preservação e promoção dos bens públicos que lhe estão associados, com uma gestão eficiente e *accountable* dos benefícios económicos, financeiros e sociais daí resultantes.
- Reconhecer que o investimento na biodiversidade e nos serviços dos ecossistemas carece ainda de um esforço público de alavancagem significativo, a privilegiar no quadro financeiro plurianual de 2014-2020;
- Promover a valorização económica e social dos recursos endógenos associados aos bens públicos das áreas protegidas e da RN 2000

ICNF
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Obrigada